ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 040 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HERMÍNIO J. BARRETO (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:42 HORAS E REABERTA ÀS 09:13 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO PEDRO SATÉLITE.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido o Deputado Hermínio J. Barreto para assumir a 1ª Secretaria e solicito ao Deputado Eliene que assuma a 2ª Secretaria.

(OS SRS. DEPUTADOS HERMÍNIO J. BARRETO E ELIENE ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício nº 285/00, do Presidente do INTERMAT, encaminhando processos de regularização de ocupação em nome de *Edson Zillo e José Carmo Silva*; e Ofícios nºs 228/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando prorrogação de prazo para resposta ao Requerimento nº 02/00, de autoria do Deputado Gilney Viana; Ofício nº 232/00, também do Secretário-Chefe da Casa Civil, e Ofício nº 175/00, do Comandante Geral da Polícia Militar de Mato Grosso, ambos em resposta à Indicação dos Senhores Deputados."

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, hoje é manchete nos jornais da Capital que o Governo está reduzindo o imposto sobre a energia elétrica. A proposta do Governo é que quem consome até 100kW será isento; de 100kW a 150kW paga 10%; de 151kW a 250kW, 17%; de 251kW até 500kW, 25%; e acima de 500kW, 30%.

Eu quero aqui colocar aos meus colegas Deputados que façam uma avaliação. Na

verdade, para as pessoas que consomem acima de 250kW não houve redução nenhuma, muito pelo contrário, vão pagar mais energia do que pagavam antes. Houve um avanço, eu não posso negar, na isenção até 100kW - houve um avanço até 100kW -, mas acima disso não houve avanço nenhum. Por que não houve avanço? Porque a ANEEL aumentou em 12% a energia elétrica. O Governo do Estado arrecada 130 milhões por ano de energia elétrica - 130 milhões -, e os 12% da ANEEL, os 15 milhões que ele está deixando de receber, sem contrapartida nenhuma, ele já está ganhando no ICMS do aumento da ANEEL. Deu para entender, Deputado? Quer dizer, na verdade, houve avanço? Houve para quem consome até 100kW, que vai ser isento. Foi uma luta da Oposição e da Bancada Governista - quero parabenizar o trabalho dos Deputados do Governo e da Oposição. Enfim, foi uma luta da Assembléia Legislativa.

Na verdade, vamos supor, o Governo reduziu de 30% para 25% para quem consume de 250kW a 500kW, veja bem, mas houve um aumento da ANEEL de 12%. Então, na verdade, se você fizer a conta, a perda que ele teve, que ele falou: "Olha, nós estamos deixando de ganhar de ICMS 15 milhões...", mas ele já está ganhando com o aumento da tarifa da energia elétrica da ANEEL.

Então, companheiros, Senhoras e Senhores, eu quero aqui, Deputado, dizer....

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu concedo mais um minuto, Deputado, porque há nove oradores inscritos, e temos apenas vinte e cinco minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...aos meus colegas Deputados, isso é só os municípios... Isso aqui é um Projeto de Lei de iniciativa popular. Diamantino mandou quinze mil assinaturas, e já recebi assinaturas de Colíder, de Primavera do Leste - Cuiabá nos mandou mil assinaturas...

Eu até quero aqui dizer, Deputado Emanuel Pinheiro, que acho que Cuiabá tinha que ajudar mais o Projeto de Lei de iniciativa popular. Precisamos desse ato de civismo, de cidadania, para nós reduzirmos o imposto da energia elétrica. Hoje nós já temos mais de quinze mil assinaturas, e com o trabalho do povo é que nós estamos conseguindo essa luta para reduzir. Eu estou recebendo, só de Moção de Apoio, mais de 46 Câmaras municipais encaminharam Moção de Apoio para reduzir o imposto de energia elétrica.

Então, eu peço aqui o apoio aos Deputados para que nós possamos rever este Projeto de Lei. Houve avanços, mas não são suficientes. E, na verdade, o aumento da tarifa, muitos impostos que nós estamos pensando que vão ficar mais baratos, vão ficar até mais caros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, é com muita alegria, hoje, que venho para esta tribuna, porque nós que somos do interior do Estado, do Norte do Estado de Mato Grosso, sofremos também uma pressão muito grande da população do Estado em relação ao ICMS da energia elétrica. E estamos nessa luta, talvez uma luta surda e muda por sermos do Bloco de Situação e de apoio ao Governo do Estado, mas também estamos nessa briga desde o início do nosso mandato, e o que transpareceu, talvez, para a população de Mato Grosso, até pelas colocações de alguns Deputados de Oposição, é que o que nós votamos no ano passado foi para prejudicar a população. Na verdade, o que nós votamos foi um avanço pequeno de redução de ICMS de energia elétrica, pequeno, singelo, mas houve. Quando nós assumimos aqui nesta Legislatura já havia esse aumento, imposto em 1998, que foi um aumento emergencial, mas também houve uma redução da cesta básica, da carne, de 17% para 2%.

Então, é óbvio, quando o Governo apresenta uma proposta colocando Mato Grosso como o Estado que mais dá isenção em todo o Brasil, quando coloca que Mato Grosso tem condições

de atingir 79% da sua população, que vai pagar no máximo 17% de ICMS de energia elétrica, e o restante pagando de 25% a 30%, que faz um avanço de tamanha envergadura, de tamanha necessidade, atingindo a classe média e a classe baixa, e a Oposição ainda não fica contente, é óbvio que ela está fazendo o papel de Oposição, de continuar reclamando.

Que aqui "zere"... Vamos voltar lá ao passado, quando o ICMS de energia elétrica era alíquota zero, e no Governo do Senador Carlos Bezerra já foi de zero para 25% - isso ninguém vai lembrar. Então, é óbvio que já caiu para 17%, foi para 25%, foi para 30%, e agora voltou a esses números. E isso tem que ser lembrado. Então, só quando se erra, só quando aumenta é que se critica? Eu gostaria de ver aqui também a Oposição dizendo o seguinte: "O ICMS deveria ser zero, não deveria se cobrar imposto no Brasil nem em Mato Grosso..." Nenhum político quer isso, mas a grande verdade, eu vou repetir, é que Mato Grosso está em pleno desenvolvimento, e Mato Grosso não é o Paraná, que está moderno, que está cheio de estradas, está com energia saturada, Mato Grosso cresce por segundo! Todo dia chegam mudanças e mudanças de pessoas, e a questão social começa a crescer mais ainda, as estradas triplicam o seu movimento... Então, tudo isso faz com que tenha que ter também a contrapartida do Governo e a cobrança em cima dele para mais escolas, e assim por diante...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. NILSON LEITÃO - ...Eu peço mais um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo um minuto a V. Exª, e gostaria que fosse respeitado esse prazo.

O SR. NILSON LEITÃO - Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que nessa conquista nós também fomos massacrados pela imprensa do interior, que às vezes, com muita razão, cobrava essa redução do ICMS da energia elétrica. Foi uma conquista grande, e não é só, realmente, dos Deputados da Situação, foi uma conquista dos Deputados da Oposição. E o Deputado Zé Carlos do Pátio coloca aqui, só que ele também não pode esquecer que a luta dele foi uma luta sozinha, e ele colocou o nome dele acima dessa luta, ele não colocou a Bancada dele e nem os Deputados de Oposição! Quando ele foi para o interior pegar as assinaturas, ele dizia: "O Deputado Zé Carlos do Pátio está pegando assinaturas..."

Então, que ele não venha aqui agora querer dividir o mérito com todo mundo, porque ele falou sozinho, na hora em que foi buscar a assinatura, porque se eu for para praça pública, hoje, dizer que eu quero reduzir o ICMS para 1%, eu pego quantas assinaturas eu quiser, mas eu não posso usar dessa demagogia, porque nós estamos num Estado responsável, com um Governo responsável, e precisamos pensar de um modo geral, e não pensar que tem que reduzir imposto, quando se sabe que não vai se conseguir mais nada. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, ontem, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o IBAMA anunciaram uma cota de desmatamento da Amazônia no ano de 1998, de uma forma determinada, e a projeção para o ano de 1999.

Observem bem que em 1997 nós tivemos um desmatamento de 13.220 quilômetros quadrados! Em 1998, nós tivemos um desmatamento de 17.383 quilômetros quadrados - um incremento de 4.600 quilômetros quadrados -, e para 1999 as projeções indicam em torno de 16.926 quilômetros quadrados, mas provavelmente deve ser mais, porque essa projeção é feita em cima daquelas quadrículas de imagem de satélite, que são referenciais.

Ora, particularmente aqueles Deputados do Nortão precisam saber que nós já chegamos ao ponto de 55 milhões de hectares desmatados! Só para ter uma noção da dimensão do que

isso representa, a produção de soja no Estado de Mato Grosso ocupa apenas dois milhões e meio de hectares, e em todo o Brasil não se ocupa mais que oito milhões de hectares para produzir toda a tonelagem de soja. Vejam bem que nós estamos diante de uma avalanche destruidora da riqueza natural, com a transformação em um lucro fácil, e Mato Grosso é a ponta, é o epicentro desse processo.

Quanto Mato Grosso desmatou? A estimativa é que cerca de 40% de todo o desmatamento ocorrido na Amazônia está no território de Mato Grosso. Isso mostra que toda a floresta que nós temos, e que é uma riqueza incalculável do ponto de vista dos recursos madeireiros e do ponto de vista dos recursos biológicos, está literalmente sendo destruída.

Então, Srs. Deputados, quando o IBAMA faz uma razia investigatória e fiscalizatória, os proprietários chiam, gritam, reclamam das multas, mas em verdade eles estão multando o povo brasileiro, e esta é a conta...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre orador que o seu tempo se encontra esgotado.

O SR. GILNEY VIANA - V. Exª me concede mais um minuto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu concedo só mais um minuto, e gostaria que V. Exª respeitasse o prazo, porque nós temos mais seis oradores inscritos.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

.. esta é a conta que está sendo lançada no passivo ambiental da população brasileira e de toda a humanidade. Ou seja, é um fracasso total na política ambiental do Governo Fernando Henrique, que não consegue deter a marcha da queima, o desmate na Amazônia. E Mato Grosso é o campeão de desmatamento, da queimada e da poluição. Esse título nós vamos um dia reverter, a não ser que nós queiramos deixar só o buraco na camada de ozônio para os nossos filhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encaminhar à Mesa Diretora os Ofícios de nºs: - 165/00 do Presidente do DETRAN/MT, solicitando a transferência da data marcada para seu comparecimento a esta Casa, em função de compromissos anteriormente assumidos; - 221/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 261/00, de autoria do Deputado Gilney Viana; e 218/00, também do Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhando o Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, dos Exercícios de 1999/2000, fornecido pela Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, em resposta ao Requerimento nº 219/99, de autoria do Deputado Milton Rodrigues.

É difícil, Sr. Presidente, nós continuarmos ouvindo esse discurso retrógrado do Deputado Gilney Viana... Vem aqui o Deputado Zé Carlos do Pátio preocupado porque nós tiramos o seu discurso. A Oposição deveria construir. Agora, ela está preocupada porque resolveu o problema do ICMS da energia elétrica, e vai ter que criar um outro discurso, porque esse a Bancada do Governo já resolveu.

O Deputado Gilney Viana, que representa um Partido de Esquerda, que fala em criação de empregos, fortalecimento da nossa economia, está preocupado porque Mato Grosso cresceu. Deputado Gilney Viana, se não tivessem derrubado o mato... Não se derruba mato sem queimar! V. Exª precisa conhecer o interior do Estado, é preciso ser queimado esse mato para transformá-lo em invernada ou em agricultura. Ora, Mato Grosso quer um Estado obscuro? Desenvolveu-se! A nossa economia surge de produtos primários. Isto é uma coisa lógica. Para o Estado se tornar o maior produtor de algodão do Brasil, para se tornar o maior produtor de soja, ter o segundo maior rebanho do nosso País, era preciso que estendessem a nossa fronteira agrícola e plantassem mais capim, porque, Deputado Gilney Viana, o boi não vive só de água. Eu não sei se V. Exª sabe que é preciso formar

invernadas, e se formando invernadas nós temos que derrubar as matas. Assim, se derrubássemos, se fizéssemos uma reserva legal limitada e derrubássemos todo este nosso Estado de Mato Grosso, aqui iria tornar-se um Estado com a potencialidade do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda nessa questão da energia elétrica, pois não vamos parar de jeito nenhum. Eu quero ver as contas no final do mês, porque elas devem estar no mesmo modelo. Por que eu digo isso? Porque tem um problema maior, que é o imposto duplicado, é o tal do "por dentro" e o tal do "por fora".

Eu protocolei uma ADIN, é a oitava ação, das mais variadas conotações que nós entramos na Justiça, eu entrei com uma ADIN na segunda-feira, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. O que tem que ser derrubado é o "por dentro" e o "por fora", porque quem paga 10%, o Governo diz que é 10 %, mas não é, é 14%; quem paga 17% não é, é 24%; quem paga 25% não é, é 35%; quem paga 30%, não é, é 42,85%! Então, vamos parar com essa enrolação e deixar de faltar com a verdade, porque, na realidade, falam: "Não, o imposto agora para quem gasta de 100kW a 150kW é 10%..." Não é, Senhores! É quase 15%, é quatorze ponto alguma coisa, isso fora outro problema. Este aqui é do Governo do Estado, o outro é da Rede/CEMAT. E nós temos que nos mobilizar. Eu mostrei ontem, está aqui, esse novo padrão indecente que está aí, que ninguém enxerga. Na conta de janeiro e de fevereiro desta mesma pessoa está escrito: "Embaçado. Inviabilizada a leitura". Leitura média é tanto, no outro mês a leitura média é tanto, porque continuou embaçado, a pessoa não enxergou... Imaginem, o dono da casa tem que comprar uma escada bem grande e ficar no sobe e desce da escada para ler, porque a CEMAT não enxerga, imagine a gente que não tem o hábito de ler esse negócio - vai entender e enxergar.

Está aqui: "Leitura pela média, por estar embaçado". No outro mês: "Leitura pela média, por estar embaçado." No terceiro mês veio o triplo dos quilowatts gastos. Lógico, passaram três meses sem ler, foram lá e cobraram pela leitura máxima, lá em cima. Quer dizer, não dá! E agora, se no próximo mês estiver embaçado, danou-se de novo, porque aí a média vai ser pelo número de quilowatts lá em cima. Aqui está a prova: em um mês 143kW, em outro mês 147kW, porque está embaçado, aí vem no outro mês 280kW, exatamente o dobro! Claro, dois meses sem ler, no terceiro vai ler, tinha que estar o dobro ou mais que o dobro.

Isso é grave, Senhores! Eu já falei que não vão instalar aquilo na minha casa. Se eu estiver em casa, não sobem no poste para botar aquele negócio lá. Entendeu? Então, vamos alertar a população que esse negócio não é simples assim. Várzea Grande já reagiu, e reagiu muito bem, pegou - que eu assisti - 144 medidores daqueles e entregou lá na Rede/CEMAT. Eles instalaram e a população arrancou dos postes e devolveu lá. Eu acho que nós temos que ter uma reação desse tipo, não podemos continuar permitindo que nos assaltem, o Governo assalta de um lado, a Rede/CEMAT do outro, e nós ficamos no meio, sempre com os dois bolsos vazios. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, nobres Pares, também gostaríamos de registrar a nossa alegria ao participarmos, ontem, da reunião da Bancada de Situação com o Governador e ter da parte do Governo do Estado a sensibilidade na redução, bastante acentuada, na taxação do ICMS sobre energia elétrica. Já foi aqui colocado por vários colegas que quase um terço da população do Estado passa a ficar isenta, em torno de 132.000 famílias - seria o único Estado do Brasil que isenta na totalidade quem consome até 100kW. Isso é um avanço sem precedentes, por iniciativa do Governo. E também a segunda faixa contempla mais de 20% das residências do Estado, passando a taxar apenas

em 10% quem pagava 30%.

Então, nós nos damos por satisfeitos, e inclusive passamos até a questionar o Projeto de iniciativa popular, um Projeto também polêmico, porque traz aqui quinze mil assinaturas do Município de Diamantino, eu conheço Diamantino e não sei precisamente qual a população, mas acho que não chega a esse número. Então, é uma questão que eu acho que precisa ser analisada.

A Oposição está de parabéns, eu acho que a pressão tem que haver, daí é que sai, do contraditório, como o Deputado Gilney Viana gosta de dizer, é que se chega a um bom entendimento, mas tem que se fazer a coisa com responsabilidade, daqui a pouco vêm cinqüenta mil assinaturas de Jangada. Então, nós precisamos saber como essas assinaturas são criadas, são construídas.

Trago também algumas Indicações:

1ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor-Presidente do INTERMAT a possibilidade de doação de um terreno para construção de um seminário, de um abrigo e da sede estadual do Presbitério Oeste do Brasil, dentro da área urbana de Cuiabá.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Sr. Diretor-Presidente do INTERMAT, mostrando a possibilidade da doação de um terreno para construção de um seminário, de um abrigo e da sede estadual do Presbitério Oeste do Brasil dentro da área urbana de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

O Presbitério Oeste do Brasil, com sede provisória na Rua Professor Américo Brasil, s/n, Bairro Baú, pretende construir sua sede, e concomitante a essa construção pretende fazer um seminário e um abrigo, para que sejam realizados trabalhos de cunho social junto à população de Cuiabá, ora evangelizando ora prestando assistência social.

Os membros do Presbitério não medirão esforços para conseguir materiais e mão-de-obra para a realização da obra. No entanto, eles não possuem o terreno, por isso se dirigiram aos órgãos do Estado para verificarem a possibilidade de consegui-lo.

Ainda mais, a conclusão do seminário e do abrigo trarão enormes benefícios, pois eles cobrirão parte da responsabilidade do Estado, prestando assistência social aos mais carentes.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

2ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da Rede CEMAT a urgente necessidade de expansão da rede elétrica na área urbana de Santo Antônio do Leste.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Sr. Presidente da Rede CEMAT, mostrando a urgente necessidade de expansão da rede elétrica na área urbana de Santo Antônio do Leste.

JUSTIFICATIVA

O recém-criado Município de Santo Antônio do Leste depois de emancipado já sofreu

um grande crescimento, no entanto ainda falta muito a ser feito para que seus moradores possam ter uma vida digna.

Uma das necessidades é a expansão da rede elétrica na área urbana, isso porque foram criadas diversas ruas na cidade, que já estão sendo habitadas, e os moradores estão desprovidos desse luxo. É ainda de se ressaltar que é prioridade do Governo resolver o problema da energia elétrica no Estado, expandindo a rede de energia elétrica até as pessoas que não possuem esse benefício.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

3ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da TELEMAT a urgente necessidade da implantação de rede telefônica e de "orelhões" na área urbana de Santo Antônio do Leste.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Sr. Presidente da TELEMAT, mostrando a urgente necessidade de implantação da rede telefônica e de "orelhões" na área urbana de Santo Antônio do Leste.

JUSTIFICATIVA

O recém-criado município de Santo Antônio do Leste depois de emancipado já sofreu um grande crescimento, no entanto ainda falta muito para ser feito para que seus moradores possam ter uma vida digna.

Uma das necessidades é a implantação da rede telefônica, bem como a instalação de alguns "orelhões" na área urbana da cidade. Essa reivindicação se dá pelo fato de que a vida dos moradores daquela cidade iria melhorar em muito, evitando que eles se desloquem para outros locais para fazer ligações para seus parentes que moram fora, isso porque o município foi criado a partir de uma colônia de gaúchos.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

4ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Saúde a urgente necessidade do envio de um carro "fumacê" para efetuar a detetização da cidade de Nobres.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Saúde, Júlio Müller, expondo a urgente necessidade do envio de um carro "fumacê" para efetuar a detetização na cidade de Nobres.

JUSTIFICATIVA

Os munícipes de Nobres, preocupados com o grande aumento dos casos de dengue na cidade, através da Câmara dos Vereadores, resolveram requerer o envio de um carro "fumacê" para o combate do mosquito *Aeds Aegypt*, causador da doença.

Esse pedido se dá pelo fato de que, além do aumento do número de casos da dengue, pessoas mais carentes, quando contraem a doença, procuram o Posto de Saúde, que muitas vezes não possui os medicamentos necessários, ficando à mercê da ajuda de pessoas solidárias. Vale lembrar, entretanto, que é melhor prevenir do que remediar.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

5ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN a necessidade da instalação de uma CIRETRAN no Município de Marcelândia.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, expondo a necessidade da instalação de uma CIRETRAN no Município de Marcelândia..

JUSTIFICATIVA

O Município de Marcelândia conta com uma frota de aproximadamente 1.500 veículos, número esse já suficiente para a instalação de uma CIRETRAN.

Atualmente, os proprietários de veículos sofrem para licenciar, transferir ou fazer quaisquer outras documentações referentes a veículo, pois eles têm de se dirigir a municípios vizinhos, que ficam muito longe, ou a despachantes, o que custa muito caro; situação essa inadmissível, pois além de estarem pagando o imposto, têm que passar por uma situação desconfortável, gastando com transporte e seu precioso tempo.

Tendo em vista a grande necessidade de instalação da CIRETRAN, e tomando por base a falta de dinheiro por parte do Estado, a Prefeitura Municipal de Marcelândia já se disponibilizou a arcar com as diversas despesas referentes à instalação e funcionamento da mesma.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

6ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a urgente necessidade de recuperação das estradas na região de Alta Floresta.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, expondo a urgente necessidade de recuperação das estradas de Alta Floresta.

JUSTIFICATIVA

Tomando-se por base a aprovação do projeto que criou o Fundo de Transporte e

Habitação e sendo a recuperação total da malha viária uma das principais propostas apresentadas pelo Governo para aprovação do projeto, a Câmara dos Vereadores de Alta Floresta tomou a iniciativa de requerer a recuperação da malha viária daquela região.

As estradas da região encontram-se em péssimas condições, acarretando aumento no frete, conseqüentemente trazendo enormes prejuízos para os produtores.

Se as estradas forem recuperadas, farão com que diminuam os gastos dos produtores/empresários, podendo esses fazer maiores investimentos, amenizando a questão do desemprego na região.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

7ª) Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a urgente necessidade do patrolamento da MT-100, que liga Pontal do Araguaia a Torixoréu.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, expondo a urgente necessidade de patrolamento da MT-100, que liga Pontal do Araguaia a Torixoréu.

JUSTIFICATIVA

A MT-100 encontra-se em estado caótico, quase que intransitável, motivo que fez o Vereador Ilmar Oda, PSB, a reivindicar a recuperação da mesma.

O estado em que se encontra a rodovia fez com que o frete subisse, trazendo enormes prejuízos para os produtores da região, ficando impossibilitados de escoar a safra, e ainda sem contar os imensos transtornos causados a quem passa por lá.

Temos que lembrar que é compromisso do Governo do Estado recuperar as rodovias, tanto é que recentemente foi aprovado o projeto que cria o Fundo de Transporte e Habitação.

Com base no exposto, justifico esta indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados, lendo hoje os jornais da Capital, vi a repercussão na imprensa do interior do Estado de Mato Grosso, e já recebi agora um telefonema da cidade de Rondonópolis, de ouvintes participando e elogiando a Assembléia Legislativa do nosso Estado por termos questionado... E isso, volto aqui a dizer, como o Deputado Nilson Leitão comentou, tanto a Oposição como os Deputados que dão apoio ao Governador Dante de Oliveira. A população está elogiando o trabalho da Assembléia Legislativa e dos Srs. Deputados por fazer a equipe econômica do Governo e o Governo do Estado verem, voltarem atrás, melhorando a cobrança do ICMS da energia elétrica. Eu quero repetir aqui que 80% da população do Estado de Mato Grosso, ou seja, das casas do Estado de Mato Grosso, vão pagar até 17%. Com isso

houve avanço, porque ninguém quer também tirar a arrecadação do Estado e depois cobrar as principais obras.

Ontem, eu estive com o Diretor-Presidente do DVOP, o Sr. Novelli, já à noite, e cobrei dele as ações para com a cidade de Rondonópolis e para com todo o Sul do Estado de Mato Grosso, no que concerne ao Fundo Rodoviário, e ele me disse que estão elencadas as principais obras reivindicadas por todos nós - e também pelo Deputado Zé Carlos do Pátio -, e principalmente obras, porque vai haver uma ....

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - ...repercussão na mudança do trânsito de Rondonópolis. Ou seja, obras que...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo mais trinta segundos, Deputado, e gostaria que V. Exª respeitasse o prazo para que mais um orador possa usar da tribuna.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, eu gostaria de me estender nesse pronunciamento, para explicar a questão do ICMS de energia elétrica e das principais obras que o Governo está garantindo para a cidade de Rondonópolis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires, que dispõe de dois minutos.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, vai ser bem breve o meu discurso.

Eu gostaria de chamar a atenção da imprensa, porque parece que o Governador Dante de Oliveira não sabe diferenciar um boi de uma vaca. E está aqui o grande Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, que vai admitir que o Governo vai cobrar o imposto da comercialização de bezerro.

Deputado Rene Barbour, V. Exª é conhecido como um dos maiores produtores de gado do Mato Grosso...

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. MOACIR PIRES - ...Ah! Criador... Ele cria, porque produz. Quem tem vaca produz gado... Talvez, V. Exª também, que é o Líder da Assembléia Legislativa, não conheça boi, mas eu conheço. E num caminhão de boi gordo, Senhores, cabem dezessete cabeças de boi. De bezerro, cabem de 30 a 37 cabeças. Quando um bezerro chega a ser vendido, Deputado Hermínio J. Barreto, ele tem cinco marcas no lombo, no couro dele. Então, quer dizer: isso vai virar uma cascata, é prejudicial ao Estado de Mato Grosso esse imposto. Que se cobre, Deputado, nós não somos contra cobrar para arrumar estrada, não...

Eu vejo aqui o Deputado Eliene, que vai ficar alegre, porque baixou o ICMS da energia elétrica, mas baixou o ICMS que o próprio Governador aumentou, quer dizer, ele não fez mais que a obrigação. E a Assembléia Legislativa poderia ter feito um trabalho mais bonito, se não tivesse aprovado este Projeto aqui na Assembléia Legislativa. Assim, seria mais bonito para a Assembléia. Ele esperou a Oposição bater aqui durante um ano e meio, o Deputado Zé Carlos do Pátio...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. MOACIR PIRES - ...Só para concluir, Sr. Presidente.

Então, Deputado Rene Barbour, eu gostaria que V. Exª, como produtor, como Líder do Governo, ensinasse o Governador a diferenciar um boi de uma vaca, quanto cabe dentro de um caminhão, o que é um bezerro - talvez, até o Secretário de Agricultura não saiba o que é isso -, mostre que ele não tem isso...

No Grande Expediente nós discutiremos, Deputado Alencar Soares, com o maior

prazer.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Pequeno Expediente. Tendo em vista o Artigo 206 do Regimento Interno, que determina que a Ordem do Dia inicie, impreterivelmente, à dez horas, não teremos o Grande Expediente. Passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Nico Baracat - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, solicito que sejam votadas englobadamente todas as Indicações apresentadas nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Em discussão todas as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Não havendo mais matéria a ser tratada na Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Com a palavra, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós aguardamos, com muita ansiedade, a chegada da Mensagem do Governador dessa dita redução do ICMS, e queremos até contestar o número que o Governador Dante de Oliveira colocou em toda a imprensa do Estado de Mato Grosso hoje. Contestar da seguinte forma: ele afirma que está havendo perda de quinze milhões de reais... É mentira do Governador! O Governador está mentindo para o povo de Mato Grosso, porque vai haver um aumento na tarifa de energia elétrica de aproximadamente 12%. Não há nem de longe perda na arrecadação, mas permanência dos patamares que existiam anteriormente, até porque um dos grandes contribuintes do ICMS da energia elétrica não é o cidadão, não é pelo consumo do cidadão, mas, sim, do comércio e da indústria, e nisso não se mexeu, nisso não houve alteração!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador vai ter que provar a perda de quinze milhões, porque não tem perda, muito pelo contrário. Então, é enrustido na Receita do Estado, que até hoje não está clara.

É por isso que o Governo precisa vir aqui, Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, nos mostrar a real situação da Receita do Estado. Eu alertei ontem e vou voltar a alertar nesta Sessão, eu quero ver este ICMS após as eleições municipais - eu quero ver a taxação do ICMS continuar após as eleições municipais!

O homem que se diz “Diretas Já” trouxe para cá, sem discutir, eu acho que nem com a Bancada dele, uma taxa criando o Fundo da estrada, da...

A Srª Serys Slhessarenko (FORA DO MICROFONE) - Imposto.

O SR. NICO BARACAT – Imposto? Não, é contribuição. Não é imposto e nem taxa, é contribuição!

Sem discutir com a sociedade, onde é que está a democracia, Sr. Dante de Oliveira? Onde é que está o homem das “Diretas Já”, que criou as eleições diretas...

A Srª Serys Slhessarenko – V. Exª me concede um aparte?

O SR. NICO BARACAT - ...neste País? Onde é que há um entendimento de que tudo tem que ser discutido com a sociedade?

Concedo o aparte à ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A Srª Serys Slhessarenko - É, Deputado Nico Baracat, quando V. Exª fala que o Governo mente, eu venho aqui referendar isso - ele mente mesmo!

Eu tive um atrito com ele há alguns dias, no Hotel Eldorado, onde nós saímos de dedo em riste, eu e o Governador! Ele disse que eu estava enganando a população, que eu estava mentindo

para a população que o ICMS da energia elétrica era aquele valor, e eu respondi que mentiroso era ele. Foi assim... meio baixo o diálogo, mas a partir do momento que ele provocou, eu fui no mesmo nível.

Agora está virando moda para o Governo Dante de Oliveira, Deputado Nico Baracat. Ele aumentou em 157% o IPVA, do mesmo jeito que aumentou o ICMS da energia elétrica, o ICMS da telefonia, aliás, aumentou o ICMS da cesta básica, aumentou tudo! Ele só não aumentou da arma de fogo, do perfume, da pinga e do cigarro, porque isso é prioridade, é bem "essencial".

Então, esse mesmo Governo, virou moda agora, ele aumenta os impostos, aumenta na quantidade e aumenta nas alíquotas, no sentido horizontal e no sentido vertical, e depois ele vem dar uma diminuidazinha para enganar "o bobo na casca do ovo". É o legítimo enganar dos bobos. Ele acha que a população de Mato Grosso não tem discernimento, não sabe que é ele "a mão" que aumenta os impostos todo dia, tanto na vertical quanto na horizontal, e depois, quando ele vê que a coisa complicou muito, ele dá uma diminuidazinha...

O SR. NICO BARACAT - ...Período eleitoral, Deputada!

A Srª Serys Slhessarenko - Sim, com certeza. V. Exª tem toda razão, Deputado. Vamos ver após as eleições...

Essa é mais uma artimanha deste Governo, igualzinho, igualzinho ao do Fernando Henrique e do Roberto França, aqui. É o Governo do PSDB, que engana o tempo inteiro a população. E quando vê que a enganação fica muito complicada para ele, ele dá uma tapeada e diz que está diminuindo - essa do ICMS é a maior tapeação.

Eu não vou mais discutir ICMS da energia elétrica. Coitada da população, está enganada mais uma vez! Vamos esperar a conta de energia elétrica, Deputado Nico Baracat, que daqui a pouco vai chegar, e aí o povo vai ver realmente que foi enganado mais uma vez por este Governo. Muito obrigada.

O SR. NICO BARACAT - Eu agradeço o aparte da brilhante Deputada Serys Slhessarenko.

Deputado Carlos Brito, V. Exª passou aqui pela tribuna e disse que nos pegou de jeito; a mim, não! Muito pelo contrário! O Governo nunca me pegou de jeito, porque, Deputado Carlos Brito, quando eu relatei, em dezembro de 1998, o Projeto de Lei do ICMS, do aumento da energia elétrica, do aumento da tarifa de telefonia, do aumento do refrigerante, eu relatei e alertei a este Poder que nós teríamos uma recessão neste Estado sem precedentes. Falei mais de quarenta minutos nesta tribuna, e com dados fundamentados pelas principais empresas - da CEMAT e da TELEMAT -, que isso traria um prejuízo sem precedentes para o Estado.

Então, não me pegou de jeito, não. Houve uma reação muito forte de toda a sociedade, e nós queremos...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª me concede um aparte?

O SR. NICO BARACAT - Concedo um aparte a V. Exª em seguida, assim que complementar este raciocínio, Deputado Zé Carlos do Pátio.

...nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocar que temos que estar vigilantes com relação a essa questão da arrecadação, como pegou de surpresa as taxas, Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite! Até o Líder, Deputado Rene Barbour, reclamou pelos corredores da Assembléia, com relação ao gado, que a transferência de pasto não seria cobrada, e estava sendo cobrada agora, num acordo. Ora, é brincar com esta Casa!

Concedo um aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero, Deputado Nico Baracat, parabenizá-lo pelo seu discurso e, também, parabenizar o papel da Oposição ao lutar para reduzir o imposto sobre a energia elétrica. Vejam bem, a Oposição não nega que houve avanço. Houve! De 0kW a 100kW estará isento, e

isso é muito bom, houve um avanço; de 101kW a 150kW serão 10%, houve avanço; de 151kW a 250kW serão 17%, houve avanço... Houve avanços, mas acima de 250kW eu quero colocar o seguinte: É 25%? É, mas embutido vai para mais de 30%, e com mais 10% do aumento da tarifa ficará mais caro do que era antes para quem consome acima de 250kW. Acima de 500kW, daqui a alguns dias, as pessoas que consomem acima de 500kW vão pagar mais caro do que pagavam no mês passado.

Eu quero deixar claro que as pessoas que consomem de 100kW a 150kW terão uma redução, mas não será como as pessoas estão imaginando, porque, na verdade, o Governo arrecada por ano 130 milhões de ICMS de energia elétrica, e com o aumento da tarifa de 10%, aumenta o ICMS em 10%. Então, ele irá arrecadar mais treze milhões, e está dizendo na imprensa que está deixando de ganhar quinze milhões, mas com o aumento da tarifa em 10% aumenta o ICMS em 10%, porque aumenta proporcionalmente. Então, serão treze milhões! Na verdade, ele não está tendo perda nenhuma em termos de arrecadação. Ele está deixando de ganhar mais do que iria ganhar, mas perda ele não está tendo!

Nós da Oposição não vamos negar que houve avanço para quem consome até 250kW, mas para quem consome acima de 250kW a tarifa ficará mais cara do que era, Deputado Silval Barbosa e Deputado Nico Baracat, da nossa Bancada.

Então, eu quero dizer que a Oposição está de parabéns, que ela entendeu claramente o jogo, até porque foi estampada na imprensa a redução do ICMS: "Ah, o ICMS vai reduzir..." Com relação ao que a Deputada Serys Slhessarenko colocou aqui na tribuna, nós vamos ver no mês que vem as contas de energia elétrica. Muito obrigado, Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Muito obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio, pelo aparte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, encerrando o meu pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. NICO BARACAT - Eu quero colocar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há da nossa parte uma preocupação com relação à elevação dos impostos do Estado de Mato Grosso. Aumenta-se imposto do ICMS, taxas, cria-se contribuição, Fundo, isto e aquilo... Nós voltaremos a esta tribuna para discutir essas questões.

Eu quero dizer que estou com a consciência tranqüila, mas muito tranqüila, por ter votado contra esse aumento do ICMS da energia elétrica, de ter votado contra o aumento do ICMS da telefonia, de ter me posicionado contra esse Projeto do Governo em dezembro de 1998, e aqui ter definido os meus ideais e as minhas convicções. Estou muito tranqüilo, Sr. Presidente. Durmo à noite, não estou com a consciência pesada por ter votado contra um Projeto que massacrou durante quase dois anos o bolso do povo brasileiro, principalmente do mato-grossense.

A recessão, o desemprego que gerou tudo isso, veio em virtude de uma medida até insana do Governo do Estado que, logo em seguida, como a medida era dura, foi jogada nas costas deste Poder. A Assembléia Legislativa aprovou. E quando eu relatava aqui desta tribuna, Sr. Presidente, exatamente, eu dizia ao povo de Mato Grosso: O Projeto não é de iniciativa da Assembléia Legislativa, mas de iniciativa do Governo do Estado, não joguem nas costas dos Deputados a responsabilidade. E não deu outra, a Assembléia Legislativa foi a grande responsável pelo ICMS! Teve Deputado aqui que "apanhou como cachorro caído de mudança", de tanto que ouviu na rua, e o Governo saiu ileso dessa questão toda.

Quando o Projeto é bom, é o Governo que fez; quando o Projeto é duro, contra o povo, é a Assembléia Legislativa que fez. O Governo tem que assumir: "Eu fiz, eu banco isso." E não se esconder atrás das cortinas do Poder, porque ele não está nas ruas para buscar o sentimento verdadeiro do povo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Carlos Brito, que dispõe de quinze minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão:

Não poderia ser outro tema, uma vez que já foi bastante abordada pelos Srs. Deputados nesta Casa, ontem e também hoje, essa questão da ação do Governo do Estado, acatando o clamor da população de Mato Grosso sim, por que não? Atendendo a um pedido dos Srs. Deputados desta Casa, de Situação e de Oposição também, por que não?

Este é um Governo democrático e democracia é isso. A democracia precisa valer para os dois lados, precisa valer para a Bancada de Parlamentar que dá sustentação ao Governo, seja que Governo for; precisa valer para a Bancada de Oposição, que faz oposição a que Governo for, porque acima de Oposição, de Situação, de Governo, está o interesse público, o interesse da população, e é este que prevaleceu. Se tem um ganhador, se tem um "pai da criança", este é o povo, e cada qual agiu dentro da forma de fazer política que lhe cabe.

A Oposição age como Oposição, porque se assim não for, não tem sentido a sua existência. É natural que a Oposição critique, aponte falhas. É natural que a Oposição nunca se dê por satisfeita, e, infelizmente, é natural que, às vezes, a Oposição extrapole o seu papel institucional, quando não tem a grandeza de reconhecer, quando faz oposição pela oposição, sem uma proposição, sem apontar caminhos, sem mostrar métodos de solução, quando "bota o dedo na ferida", mas não querendo ajudar a arrumar o remédio, e, às vezes, tem condições de fazê-lo.

A Bancada da Situação, por sua vez, também está aqui para defender os interesses do povo, para ressonar nesta Casa o clamor popular, mas tem que fazê-lo dentro das suas condições de Bancada de Sustentação, de apoio ao Governo, porque além de representar este interesse, temos também que mostrar as necessidades, os descontentamentos até - nós temos que dar garantia de governabilidade. Esse é o papel nosso dentro do nosso jeito de fazer política.

O Sr. Nico Baracat - V. Exª me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado Nico Baracat.

O Sr. Nico Baracat - Deputado, eu acho que nós não podemos apontar caminhos aumentando impostos, criando contribuição, saqueando o bolso do povo de Mato Grosso. Eu acho que nós temos que apontar caminhos com soluções novas, Deputado. Nós temos que apontar caminhos sem mexer na estrutura difícil que já está vivendo o povo de Mato Grosso, numa crise econômica que atravessa todo o Estado e todo o País.

Não é criando mais impostos, Deputado. Nós temos uma das maiores cargas tributárias deste País e do mundo, e nós não temos na criação de novos impostos, no aumento de novas alíquotas, a solução. O Governo tem técnicos para isso e tem que ser mais criativo na solução dos problemas.

Nós precisamos, sim, Deputado, e estamos dispostos a contribuir. E todas as vezes que o Governo acertou, nós viemos a esta tribuna e falamos que o Governo acertou, e parabenizamos o Governo. Não fazemos Oposição com irresponsabilidade, longe disso! E, quando as medidas contemplam realmente os anseios do povo, nós vimos a esta tribuna e aplaudimos o Governo.

Agora, não concordamos com a forma que o Governo está fazendo. O Governo está arrecadando em média 100 milhões de reais por mês, tem uma despesa fixa de cerca de 80 milhões e para onde estão indo 20 milhões por mês?

Então, nós não temos exatamente a possibilidade de aumentar mais impostos, mais taxas, mais contribuições, por isso é que nós questionamos. Sabemos do compromisso com os Poderes, da rolagem da dívida, do custeio da máquina, da folha de pagamento, mas sobra alguma coisa na ordem

de 20 milhões por mês. E onde está isso? É esse o nosso questionamento, é essa a nossa preocupação.

Estamos prontos para apontar os caminhos, com certeza, Deputado Carlos Brito, mas um caminho sem que nós possamos incluir mais contribuições, mais taxas, porque o povo, a filosofia do Governo do Estado foi taxar o consumo do povo de Mato Grosso. Antigamente se taxava os produtos primários, agora se taxa o consumo do povo, e esse consumo está doendo muito no bolso do assalariado.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço, Deputado Nico Baracat, pelo aparte, apesar de não concordar com ele, até porque é uma posição fácil, uma posição cômoda, uma posição que agrada aos ouvidos de quem ouve, mas que não tem nada de conteúdo político. Na verdade, é um discurso de quem quer agradar a platéia, é um discurso de quem não tem esse compromisso que a Bancada de Sustentação tem que ter, de apoio ao Governo, que é de defender posições coerentes, posições que efetivamente reflitam a realidade.

Todos os Governos, em toda a história da humanidade, sem recursos não administram, e a forma do Poder Público ter esse recurso é o imposto. A discussão da carga tributária, sim, esta é cabível, sempre, sempre, sempre. E não vai ter Governo de Partido nenhum neste País, em lugar nenhum do mundo, que vai ser aplaudido ao impor qualquer forma de imposto, seja em que alíquota for, por menor que seja. Ninguém gosta de pagar imposto, somente o faz, quando muito, por consciência de cidadania, mas se pudesse optar não pagaria. Isso é natural, é inerente à pessoa.

Portanto, cobrar imposto é uma parte dos ônus que ser Governo representa. O nosso papel é sempre buscar a justiça tributária o máximo possível. Sem recurso, nós não fazemos estrada, saúde, educação, habitação, nada daquilo que temos compromisso de fazer para a população - Governo nenhum faz.

Hoje, se argumenta em cima de impostos, que muitas vezes com coragem e determinação o meu Partido, o PSDB, que é Governo realmente em nível federal, estadual e na Capital, teve que tomar medidas duras, medidas antieleitorais, medidas que desagradaram a opinião popular, sim, mas se não fossem feitas naquele momento, o Estado e o País estariam inviabilizados de uma vez, pela irresponsabilidade de décadas neste País, ao longo da sua história, que foram se acumulando por uma forma de gestão ultrapassada e arcaica de clientelismo, de assistencialismo, desse discurso de tributar a produção, e não tem a coragem de trabalhar em cima do consumo, porque eleitoralmente era mais fácil taxar o homem do campo, taxar o produtor, e é ele que gera a verdadeira riqueza neste País.

O Estado de Mato Grosso cresceu, e cresceu muito nos últimos anos. Hoje Mato Grosso é reconhecido no cenário nacional, mas muito sacrifício teve que ser feito por parte da população...

O Sr. Nico Baracat- Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. CARLOS BRITO - ...Além do sacrifício político do Governo em assumir esse ônus, para que hoje, passados alguns anos, nós possamos colher o resultado disso. E não foi com discurso fácil, com falta de coragem de fazer o certo, na hora em que precisava ser feito, mesmo que isso representasse prejuízo político. Ora, se queremos comemorar o bônus, temos que ter a coragem de enfrentar o ônus. Essa é a posição política que está a nos cobrar a sociedade.

O Sr. Moacir Pires - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado Moacir Pires, que estava à frente do Deputado Nico Baracat.

O Sr. Moacir Pires - Muito obrigado.

Quando eu vejo a Oposição lembrando os Governos anteriores, eu quero lembrar a V.Exª os Governos anteriores, desde a época do militarismo, quando o Brasil cresceu, e foram criadas

várias obras que deram destaque ao Brasil e potencial ao nosso Estado de Mato Grosso, e depois que entrou este Governo que V. Exª está defendendo - não que eu não defenda este Governo, porque tem coisas que são boas, que temos que aplaudir, o nosso tipo de oposição é uma oposição construtiva -, que obra magnífica, que obra faraônica, que obra foi feita para o desenvolvimento deste Estado a não ser por parte do Governo Federal ou da iniciativa privada?

O que me admira muito, Sr. Deputado... Se eu mostrar para V. Exª, Deputado Carlos Brito, aqui existe um caminho em linha reta, sem ser tortuoso, sem morro e sem espinho, e aqui existe um caminho cheio de altos e baixos e com espinhos... Assim está Mato Grosso. Vocês do PSDB estão indo a São Paulo vender o Estado de Mato Grosso, foram ao Rio de Janeiro vender o Estado de Mato Grosso, mas qual empresário que faz conta - V. Exª sabe que empresário faz conta de vir para Mato Grosso - e decide ir para onde a indústria dele vai pagar 42% de ICMS da energia elétrica? Que empresário vem para Mato Grosso, onde o índice de violência está aumentando dia-a-dia? Que empresário vem para Mato Grosso, onde não existe mais estradas? É um absurdo, o asfalto virou cascalho - estão encascalhando o asfalto das rodovias do Estado de Mato Grosso! Que empresário quer investir em Mato Grosso?

Então, quero dizer, Deputado Carlos Brito, que o seu discurso é muito bonito, mas me parece que V. Exª está tapando o sol com a peneira, não quer enxergar os problemas de Mato Grosso, e problema que existe. E o que nós queremos, nós não queremos falar as coisas por falar, em plenário, nós queremos que Mato Grosso seja melhor, seja bonito. Eu vejo aqui quando o Prefeito Roberto França chamou as pessoas que enfeitavam as ruas de *out-door*, de *night and day*, de propagandas, e ninguém pagava imposto, e ele chamou cada um para cuidar de um canteiro, de uma praça. A população veio e, em parceria, ajudou Cuiabá a ficar mais bonita. Assim a população espera que o Governo de Mato Grosso faça para o nosso Estado. Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao orador que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O Sr. Nico Baracat - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. CARLOS BRITO - Deputado Nico Baracat, regimentalmente fico impossibilitado de conceder aparte a V. Exª.

O Sr. Nico Baracat - Nobre Deputado, eu agradeço a aquiescência de V. Exª, e gostaria só que V. Exª me respondesse onde é que estão os vinte milhões do Governo, da Arrecadação, que estão sobrando...

O SR. CARLOS BRITO - Com certeza, eu poderia perguntar onde outros tantos milhões em Governos passados foram desviados. Os vinte milhões, onde V. Exª tiver dúvida, V. Exª pergunte, com certeza o Governo terá como responder-lhe...

(O SR. DEPUTADO NICO BARACAT FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS BRITO - ...Eu me proponho a debater esse assunto com V. Exª, com mais tempo, aqui no Plenário, à vontade.

Sr. Presidente...

(O SR. DEPUTADO NICO BARACAT FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS BRITO - ...Se V. Exª acha que está desaparecendo, apresente!

Ora, falar ao alheio, falar a alhures não resolve o problema. Tem que ter responsabilidade do que faz... Não é por aí!

Deputado Moacir Pires, eu concordo em grande parte com o seu discurso, só não concordo quando V. Exª diz que estou "tapando o sol com a peneira". Eu estou mostrando um outro argumento, um outro lado, o papel de V. Exª é mostrar o lado negativo, que até quando não tem, tem que dar uma vestimenta...

Agora, é óbvio que este Estado tem muita coisa para ser feita, muitos desafios a serem vencidos, é um Estado que cresce numa velocidade imensa. Agora, dizer que Mato Grosso não avançou, que Mato Grosso não se desenvolveu, que Mato Grosso não oferece oportunidades ímpares em nível nacional, isso sim é "tapar o sol com a peneira"! Nós atingimos picos na produção, na agricultura, nos agronegócios e em diversos outros setores aqui em Mato Grosso.

Com certeza, temos que vencer desafios que se impõem, e não só por questões estaduais, é a legislação federal, é a carga tributária nacional, que não depende do Governador, que não depende do Prefeito Roberto França, que nem depende exclusivamente do Presidente Fernando Henrique, depende do Congresso Nacional, que há anos protela a apreciação de uma reforma tributária para este País, que precisa ser alheia à reforma política.

Nós precisamos dar a dimensão real de todas as transformações que este País precisa vencer, para, efetivamente, buscarmos este caminho sem espinhos que V. Exª deseja e que todos nós queremos para a nossa população.

Eu fico feliz quando V. Exª pergunta sobre obra faraônica. Que bom que neste Governo não tem obra faraônica...

(O SR. MOACIR PIRES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS BRITO - Não! Obra faraônica é coisa de Governo irresponsável! Obra faraônica é coisa grandiosa, sem utilidade. Obra faraônica é obra "elefante branco", é obra que não tem utilidade para o povo, mas que é o povo que paga! Que bom que este Governo não tem obras magníficas.

A obra mais magnífica que pode existir é essa que está sendo construída, de devolver a este País um caminho de desenvolvimento real, concreto, firme, mesmo que a um custo político... Isso sim é desenvolver uma obra magnifica em Cuiabá, por exemplo, que tem um governo do PSDB, dos partidos aliados, devolvendo a auto-estima ao povo cuiabano - esta, sim, é uma obra magnífica, e junto com isso vem todo um processo administrativo.

Agora, querer pegar um fato altamente positivo para o Estado, positivo para a nossa população, positivo para esta Casa, mas só porque é positivo também para o Governo, tentar desmerecer, que é essa questão da redução das alíquotas do ICMS da energia elétrica residencial, isso não. Nós não podemos estar contra uma iniciativa em que quase 80% daqueles que pagam energia elétrica, que pagam impostos, vão estar contemplados de zero a 17%. É isso, na realidade, que incomoda! Ou então aqueles que estavam defendendo isso, agora estão chateados, porque os mais pobres foram beneficiados e aqueles mais ricos não foram atingidos. Não dá para entender! Até ontem o discurso era em favor do pobre, quando se atende o pobre, aí também não serve, porque tinha que atender o rico. Não dá para entender.

Então, parece que o jogo é esse, eu quero estar contra para ser contra, eu quero é ter discurso, eu quero é fazer palanque, não importa de que modo. Ora, faça-me o favor! Muito obrigado.

O Sr. Moacir Pires - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, o discurso aqui parece que está sendo levado para outro lado. Ninguém aqui está criticando a ação do Governo, não. Eu fui um dos que elogiou a ação do Governo por ter baixado o ICMS da energia elétrica. Nós estamos criticando, e o próprio Deputado Nico Baracat foi muito feliz no seu discurso, quando disse que o Governo aumentou o ICMS da energia elétrica e a culpa sobrou para nós, os 24 Deputados da Assembléia Legislativa, porque nós estamos no dia-a-dia andando nos bairros, nos municípios, levando essa culpa. E agora o Governo baixou, por quê? Porque a Oposição começou a bater duro, todos os dias criticando, cutucando,

ferroando.

O Deputado Zé Carlos do Pátio fez aqui um abaixo-assinado, vários municípios ajudaram, todas as câmaras municipais mandaram correspondências... Então, a Bancada de Sustentação do Governo, quando viu que não agüentava mais, que se criou mais um imposto para o Estado de Mato Grosso, foi atrás. Eu imagino que deve ter sido assim. Não dá, mais um imposto é o nosso fim!

A nossa eleição, que custava tanto, vai custar três vezes mais do que esse tanto. Ninguém agüenta mais. A classe política, hoje, por onde anda... Isso não é só comigo, é com todo político - vindo de escândalo de Celso Pitta, de vereador não sei de onde -, onde se vai, "nego" está saindo com a vassoura para bater em você, na sua cara, quando você vai pedir o voto. Eu estou com medo, realmente, de voltar às ruas para pedir voto. Por quê? Porque na Assembléia Legislativa veio um Projeto que chegou às nove horas da noite, não foi discutido com a classe produtora, com a classe agroindustrial do Estado de Mato Grosso, não foi discutido com quem paga o transporte. Então, o meu discurso é em cima disso.

Obra faraônica que eu falo, é que algumas pessoas acham que faraônica quer dizer roubo, mas quer dizer um asfalto na MT-170, continuidade de Campo Novo do Parecis a Juína, a Juruena, quem sabe lá em Colniza, que hoje já conta com mais de trinta e cinco mil habitantes - isso seria uma obra faraônica. Obra faraônica seria um asfalto que liga da BR-364 a Barra do Garças, que hoje está destruída, sendo tapada por caminhão de cascalho. Isso sim seria uma obra faraônica. Construção de hospitais, de escolas, o que eu não estou vendo que está acontecendo no nosso Estado. Começou, sim, a MT-100, 130 quilômetros que até hoje não deram conta de terminar, em seis anos de Governo - seis anos e meio para ser mais exato.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouço aqui o debate e começo a imaginar-me, outra vez, no mundo infantil. Assisto aqui à fábula de Alice no País das Maravilhas, quando a Bancada de Situação coloca o Estado como se fosse, realmente, visitado pela "Alice", que se encanta com tantas obras, com tanta disposição do Governo em fazer a diminuição dos impostos que ele mesmo gerou. E "Alice", como qualquer cidadão hoje, vê que essas maravilhas são todas factuais. E hoje está muito bonita a palavra virtual.

Por outro lado, eu continuo no imaginário infantil e vejo, também, a estória do "Pinóquio", aquele guri que ao mentir fazia crescer o seu nariz. E olha que a Bancada da Situação deve estar com o nariz bem comprido...

Continuo no imaginário infantil, vou lá e encontro a fábula da "Galinha dos Ovos de Ouro". O Governo, de tão ávido que está, está exaurindo a capacidade contributiva do cidadão, está matando a "galinha dos ovos de ouro", que é o contribuinte.

E nesse imaginário infantil de "Alice", de "Pinóquio" e de "A Galinha dos Ovos de Ouro", eu assisto ao Governo acenar com 11% de aumento salarial, e só a energia elétrica sobe 12%. Quando se olha qualquer outro imposto, nota-se que depois desse imposto fazer toda a sua virulência, vem o Governo e diz: "Não, toma um 'remedinho' aqui". Mas ele se esquece que o mesmo que está tirando, está colocando, pelo aumento daquilo que é a carga tributária.

Nós estamos assistindo aqui.... Quando há qualquer contratempo, o Governo cria novos impostos, sob outros nomes, lógico, porque não se pode, como Pinóquio, dizer que aquilo é mais um imposto; não se pode dizer que o imposto criado do gado que anda embarcado, seja ele de mamando a caducando, seja ele no trânsito normal, ou para o frigorífico, ou para o abate, nós todos estaremos vendo e assistindo às estradas que, realmente, só vão servir para transportar gado, porque os carros não passam mais. Ninguém mais vai embarcar gado, porque as estradas estão intransitáveis. É

melhor ir marchando do que ir conduzidos em veículos.

E, no meio desse imaginário, o Governo tenta, de todas as maneiras, mostrar seriedade nas suas contas, mas está exaurindo a capacidade contributiva do cidadão. A inadimplência aumenta todo dia, os salários estão ficando incompatíveis com as despesas... Subir 11% no salário e ao mesmo tempo cobrar 25% só de aumento no transporte urbano coletivo, o cidadão vai pagar o dobro do que está recebendo para poder ser transportado no transporte urbano coletivo.

Então, é este imaginário, este virtual que se transforma num cinema de terror. A cada dia que passa o cidadão assalariado se sente inseguro, e não tem mais como transitar pelas estradas deste Estado, que agora vão ser outra vez cobertas de placas para dizer que o seu imposto está ali, porque nós estamos em época de eleições municipais, à beira da sua execução. Daqui a pouco, nós vamos assistir, também, a milhares de carros da polícia rodando. De repente aparece o combustível, porque nós estamos, exatamente, no período eleitoral. E estamos baixando o ICMS da energia elétrica porque nós estamos chegando num momento de eleição.

Temos que criar um palanque novo para o Governo, porque ele não tem o que falar no palanque. O que o Governo tem hoje para mostrar à população de Mato Grosso a não ser essas fábulas de "Alice no País das Maravilhas", a não ser o "Pinóquio", e mentir para o povo? Vai mentir para o empresariado que vem para este Estado pagar o maior imposto possível para a sua produção...

O Sr. Carlos Brito - V. Exª me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOAQUIM SUCENA - ...De modo que...

Eu concederei um aparte a V. Exª em segundos, apenas para concluir o meu raciocínio.

...nós precisamos começar a entrar na literatura de produção, na literatura de geração de emprego, na literatura de segurança, para podermos, realmente, parar esse imaginário, esse virtual que o Governo está fazendo aqui na Assembléia Legislativa. Um dia manda mais imposto, no outro revoga um determinado imposto. Não discute, não ouve, só fala, e está falando errado, porque não está falando aquilo que a nossa população quer ouvir.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu concedo um aparte a V. Exª e para o Deputado Carlos Brito, em seguida.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu serei breve, porque acho que o Deputado foi até ético comigo - ele havia pedido antes, mas ele teve essa compreensão.

Eu quero colocar uma coisa claramente, Deputado, porque estou falando inclusive para a imprensa hoje. Houve avanços realmente na redução do ICMS? Houve! Houve avanços, mas é importante dizer também que houve perdas. Na verdade, o Governo deu com uma mão e tirou com a outra. Quem consome acima de 250kW vai pagar mais imposto, por quê? Porque acima de 250kW ele vai pagar 25% mais 10% do aumento da tarifa.

Outra coisa que tem que desmascarar, porque a coisa está mal explicada. Ele disse que vai ter uma perda de quinze milhões, mas só com o aumento da tarifa em 10%, 12%, ele que tem uma arrecadação de cento e vinte milhões, só com isso ele vai contrapor isso tudo aí. Na verdade, não vai haver perdas de arrecadação com isso, porque com o aumento da tarifa aumenta proporcionalmente o imposto. Então, é bom deixar bem claro. Houve avanço? Houve! Foi uma luta da Bancada de Oposição? Foi!

Quero aqui, também, elogiar os esforços da Bancada do Governo, tudo bem, mas na verdade é importante dizer que não vai haver perdas como saiu nos jornais hoje, para o lado do Governo, de quinze milhões, como ele está colocando, e também que quem está consumindo acima de 250kW vai pagar mais pela energia elétrica. Vamos ver daqui a um mês como é que vai ficar essa

energia, porque na verdade estão passando para a sociedade uma imagem que não é verdadeira.

Aliás, quando me perguntaram, uma juventude que hoje esteve aqui comigo: "O Governador não está com 75% de aceitação?" Isso é pesquisa enganosa. Eu falei: Está sim, porque ele tem um poder de persuasão, um poder de levar uma imagem para a sociedade de que ele é muito competente, mas a sociedade não está notando que o desemprego está aumentando, a crise está aumentando, o imposto está aumentando, os professores não têm aumento de salário há seis anos. Quer dizer, além de ter... Eles tiveram uma perda salarial de mais de 60%. Isso não chega até a sociedade. E um Deputado do Governo, do PSDB, um dia desses veio me falar: "Deputado, o Senhor está contra o povo, o povo está do lado do Governo." Ora, eu não sou obrigado a ficar do lado do povo, se o povo está achando que o Governo está bom, eu também não posso ser basista: Ah, o povo está satisfeito, eu também tenho que ficar satisfeito. Eu estou vendo as coisas erradas. Então, eu tenho que questionar, eu tenho que reavaliar e ajudar, porque tenho que cumprir o meu dever de cidadania...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Zé Carlos do Pátio - ...de civismo, e fazer realmente com que a sociedade veja que as coisas não estão como estão aí. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu quero agradecer o aparte de V. Exª, e realmente recomendar a leitura de "Alice no País das Maravilhas", "Pinóquio" e "A Galinha dos Ovos de Ouro", para que nós possamos realmente mostrar a esse Governo que ele está carente de leitura das famosas fábulas...

O Sr. Carlos Brito - V. Exª me permite um aparte, Deputado?

O SR. JOAQUIM SUCENA - Concedo o aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Joaquim Sucena, democraticamente, nós devemos absorver as posições políticas desta Casa, portanto, entendo até que essa linha retórica das fábulas é interessante. Haveriam outras, até para contestar essas que V. Exª apresenta, mas eu resumo no "Gato que ri", que é um dos personagens de "Alice no País das Maravilhas". Portanto, não é só Alice que compõe a fábula. A moral da estória é que, muitas vezes, vai dar o seu sentido, mas podemos discutir isso depois, no aparte o tempo é muito curto.

Eu quero dizer, só para contribuir nas exposições, que tem responsabilidades que são do município, outras do Governo do Estado e outras do Governo Federal. Então, os discursos aqui são entremeados de posições que se misturam e que não deixam clara a posição. O aumento de energia elétrica é do Governo Federal - foi a ANEEL que concedeu esse aumento. Esse Governo Federal tem sustentação política do PSDB, do PFL, que é o Partido de V. Exª, do PMDB, que é partido de outros Deputados. Quem definiu o aumento da energia foi esse Governo Federal, do qual o meu Partido também faz parte, e nós assumimos esse ônus. Então, é importante que os outros Partidos, além de usufruir do Governo Federal, assumam também os ônus que o Governo tem que ter.

No âmbito do Estado, tratamos dos impostos, da taxação estadual, esses aí... Aqui os Partidos coligados são outros, são o PSDB, o PPS, o PTB, que veio somar conosco, o PSB, o PV - e essa disfunção, essas coligações geram muitas...

Então, se faz um discurso aqui querendo que se ignore essa realidade. Assim, nós temos que ir além disso. Temos que criticar, mas temos que assumir o nosso papel. Então, se a energia elétrica está aumentando, é uma decisão do Governo Federal, que o Partido de V. Exªs integram. Portanto, se há descontentamento, é lá em cima que tem que reclamar e ajudar para que não aconteça. Agora, não querer... Isso, sim, é disfarçar um pouco e querer jogar, como se tudo isso fosse uma responsabilidade do Governo do Estado. Não é! Vamos botar a coisa do tamanho que é, dar a responsabilidade para cada qual. Nós temos que assumir isso, mesmo que isso gere desgastes. Eu

entendo somente isso.

Em momento algum aqui nós desmerecemos a Oposição. Aliás, eu próprio tenho insistido sempre nisso, o papel da Oposição, o papel da Sustentação, e isso tem que convergir no interesse do povo. Então, somente para deixar patente que nós temos que fazer as nossas posições políticas, mas assumir os ônus dos Governos de que participamos também, não podemos nos contentar só com os bônus. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu agradeço o aparte de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico que V. Exª dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento

O SR. JOAQUIM SUCENA - Serão suficientes, Sr. Presidente.

E eu gostaria de lembrar também aqui, já que mais um personagem desta fábula foi lembrado, "O gato que ri", que a hiena também ri, e a risada da hiena é fruto até de uma piada, que muitas vezes faz com que todos nós entendamos só pelo fato de citarmos a hiena. E nós não podemos ser, de maneira nenhuma, a hiena e nem fazer o povo de hiena, porque se existe alguma coisa para contrapor, que seja feita através dos salários, e eu não vejo isso.

Sobe-se 11%, e o próprio Governo, que o meu Partido, como disse o Deputado Carlos Brito, apóia, prega que se pode fazer esse aumento de 11%, luta por um melhor aumento do salário mínimo, e acima de tudo não é de maneira nenhuma conivente em se subir mais 12% na energia elétrica, que é o que tem que estar hoje, e subir apenas 11% no salário mínimo.

Dirão os ilustres iluminados, "hiênicos" cidadãos que compõem a Sustentação do Governo: "Ah, mas nós estamos dando aumento; quem fez fui eu, Governo Federal", mas quem criou a taxa do FETHAB não foi o Governo Federal, quem aumentou em 30%, transformando no ICMS de energia elétrica mais cara do País - a nossa energia elétrica - não foi o Governo Federal. Ou nós começamos a viver, sair dessa ficção, e passamos a viver um Mato Grosso que realmente precisa de mais emprego, um Mato Grosso que precisa ter a sua capacidade contributiva realmente respeitada, ou então nós vamos continuar nessa falácia, na busca simples de atender as aspirações do povo com migalhas, enquanto que as benesses do próprio Governo são divididas numa mesa muito estrita, muito pequena, para muito poucos.

Sr. Presidente, quero deixar aqui para reflexão mais uma vez dos meus Pares, e principalmente daqueles que compõem a Bancada do Governo, que acenando com 11% de aumento no salário e realmente fazendo uma diminuição no valor do ICMS cobrado na energia elétrica, nós não estamos fazendo absolutamente nada que possa atender as necessidades do nosso povo, porque não existe, não existiu e não existirá nenhuma alteração compatível com os desmandos que o Governo está fazendo, com a voracidade com que está aplicando taxa de imposto para a população, e acima de tudo com a ausência de função, porque não está atendendo aquilo que realmente é da sua competência. Um Governo que liquida uma COHAB, que ditava a política habitacional deste Estado, não tem porque agora criar uma taxa para fazermos a construção de casas populares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Deputado Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Wilmar Peres (PPS), Romoaldo Júnior (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Wilson Teixeira Dentinho, do PSDB, e Humberto Bosaipo (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda